

**Aspectos de política linguística na elaboração de materiais didáticos para a língua Kokama**Altaci Corrêa Rubim<sup>1</sup>Enilde Faulstich<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma proposta de elaboração de material didático para a língua Kokama, uma língua tupí-guaraní falada ao longo do Amazonas, especificamente para a comunidade Nova Esperança Kokama do ramal do Brasileirinho (Manaus-AM). Desde a década de 80 a língua Kokama no Brasil passa por um processo de fortalecimento por meio projetos de política linguística principalmente porque as lideranças Kokama vêm buscando apoio para não deixar a língua morrer. Desde 2005<sup>3</sup> o avivamento dessa língua tomou força com uma série de medidas, como a desenvolvida pelos professores Kokama da comunidade Nova Esperança, que passaram a elaborar materiais didáticos para o ensino e aprendizagem desta língua. Como um dos primeiros resultados, foi criada uma coletânea, composta de três livros, chamada de "YAWATI TININ, I, II e III", histórias em quadrinhos e outros, elaborada para as escolas Kokama do Amazonas. Ressaltamos as significativas contribuições que esse trabalho oferece para a comunidade e tomamos exemplos dele para ilustrar nossas reflexões. É preciso dizer que há uma forte esperança no fortalecimento linguístico do Kokama, uma língua ameaçada de extinção que precisa de políticas que respeitem os conhecimentos e processos de aprendizagem tradicionais do povo Kokama.

**Palavras-Chave:** Povo Kokama; Língua Kokama, Política linguística; Material didático; revitalização.

**Aspects of language policy in the preparation of teaching materials in Kokama**

**Abstract:** This work presents a proposal of didactic material development in Kokama, a tupí-guaraní language spoken through the Amazon river, specifically for the community of Nova Esperança Kokama of Brasileirinho neighborhood (Manaus-AM). Since the 80s the Kokama language in Brazil is undergoing a process of empowerment through language policy projects mainly because Kokama leaders seek support to not let their language die. From 2005 on the revitalization of this language was strengthened by a series of actions, like the one developed by teachers of the Nova Esperança Kokama community, which began to develop teaching and learning textbooks on this language. As one of the first results, a collection composed of three comics was created, called "YAWATI Tinín, I, II and III" and drawn up for the Amazon Kokama schools. We stress here the significant contributions that this work offers to the community, taking examples from it to illustrate our reflections. It must be said that there is a strong hope for the linguistic

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-Ufam. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL da Universidade de Brasília-UnB. Orientanda da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Enilde Faulstich/LEXTERM/UnB. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, bolsista Fapeam; e-mail: altacirubim@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-doutorado (Pós-doc) em Linguística e Políticas Linguísticas pela Université Laval de Québec, Canadá. Fundadora do curso de Licenciatura em Português do Brasil como segunda língua (PBSL). É coordenadora do Centro de Estudo Lexicais e Terminológico s-Centro Lexterm - da UnB: [HTTP://www.lexterm.unb.br](http://www.lexterm.unb.br) e do Laboratório de Linguística de Língua de Sinais - LabLibras - da UnB. É coordenadora do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Estudantes Surdos. Membro da Cadeira Cypriam Norwid, criada no âmbito da Universidade de Brasília, em 2011, e vinculado ao Instituto de Letras. E-mail: [enildef@uol.com.br](mailto:enildef@uol.com.br).

<sup>3</sup> Outros municípios do estado do Amazonas também iniciaram a produção de material didático no curso de formação de professores indígenas do Alto Solimões/OGPTB/UEA.

## Comunicaciones en Humanidades

XVII Congreso Internacional de Humanidades, *Palabra y Cultura en América latina: herencias y desafíos*

### **Memoria e identidad en el contexto sociolingüístico y cultural latinoamericano**

Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile. 15, 16 y 17 de octubre, 2014.

strengthening of the Kokama language, an endangered language that are still in need of policies that respects the traditional knowledge and learning processes of Kokama people.

**Keywords:** People Kokama; Kokama Language, Language Policy; Teaching Materials; Revitalization.

## INTRODUÇÃO

A Política Linguística vem cada vez mais conquistando espaço no âmbito dos estudos linguísticos na América latina e em outras partes do mundo. Entretanto, no Brasil, considerado um país com uma grande diversidade linguística, a temática da política linguística é ainda recente.

Nessa perspectiva o órgão oficial do governo no Brasil aponta para um número cada vez maior de línguas em nosso país, por exemplo, o senso do IBGE (2010) apresenta cerca de 280 línguas.<sup>4</sup> Cada comunidade se encontra em diferentes estágios de proficiência de sua língua e busca uma política efetiva para a problemática das línguas em questão. Nesse sentido, tem ocorrido um aumento no processo de reivindicação dos movimentos sociais, como “a diversificação de suas pautas, o crescimento das questões étnicas, regionais, de fronteiras, culturais, tornaram muito mais visível que o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades linguísticas diferentes [...]” (CALVET, 2007.p.8).

O aumento dessas demandas por uma forma de avivar ou fortalecer suas línguas levam o Estado a repensar o processo de uma política específica para esses povos, pois “o crescimento desses movimentos sociais e a reação do Estado a essas reivindicações vão tornando dia a dia mais claro o âmbito das responsabilidades das políticas linguísticas” (CALVET, 2007.p.8).

Nessa perspectiva apresentaremos de forma resumida a história do povo Kokama no Brasil e no Peru, marcado pelo processo de obsolescência e desaparecimento da sua língua e identidade. Em seguida, ressaltaremos a retomada do fortalecimento desta língua e da identidade Kokama por meio da autoestima e das conquistas territoriais e educacionais, uma vez que o povo Kokama está localizado no Brasil, Peru e Colômbia.

Há inúmeros registros de povos indígenas na Amazônia Peruana. No decorrer da história do povo Kokama foram encontrados registros da presença desse povo no Solimões e na região do Marañón desde o século XVII, mais exatamente entre 1639 e 1691. Curt Nimuendaju no seu mapa etnohistórico assinala este período e também a data de 1710, indicando a localização desse povo às margens daqueles grandes rios (FREITAS, 2002 p. 28). Os comentadores regionais relatam ainda hoje que os Kokama constituíam um povo que vivia em constante movimento (ALMEIDA e RUBIM, 2012). Teriam então, em busca do látex das seringueiras, descido o rio Amazonas e adentrado nas matas em busca desse valioso produto, chegando assim ao Brasil. Na dissertação de RAMOS (2004), “Formas de estar na história: Etnicidade, Política e Narrativa”, é retratada a comunidade de Sapotal Kokama, localizada no município de Tabatinga, cidade que faz fronteira com Peru e Colômbia, uma comunidade formada por filhos de pais Kokama oriundos do Peru.

Esta situação foi relatada por VIEGAS (2010) em sua dissertação de mestrado, “Natureza e direções das mudanças linguísticas observadas entre os

---

<sup>4</sup> Em 1986, Rodrigues em seu artigo “As línguas indígenas” afirma que as línguas indígenas existentes no Brasil somavam cerca de mais de mil línguas antes da chegada dos colonizadores a este país.

últimos falantes do Kokáma nativos do Brasil”<sup>5</sup>, assim como nos livros didáticos elaborados pelo Formabiap<sup>6</sup>, “Uwaritata: los Kukama-Kukamiria y su bosque” (2003), que narra a história do povo Kokama do Peru até sua chegada ao Brasil. Para Vallejos (2010), o povo Kokama tem uma longa história de migração e contato, tendo um território compreendido pela Isla de Ronda na Colômbia e, no Peru, ao longo dos rios Marañón, Huallanga, Ucayali, Amazonas, Samiria, Itaya, Nanay, dentre outros. Assim, este povo tem seus descendentes nestes três países.

Tanto no Brasil, quanto no Peru a década de 80 marca o início do movimento indígena, através do qual muitos povos indígenas passaram a se reorganizar para discutir a questão do território, da educação e da saúde. No bojo desse movimento, o povo Kokama no Brasil, por meio de Antonio Samias Kokama, a exemplo do povo Tikuna, passa a reivindicar escola e território para seu povo no município de Tabatinga. A partir dessa época a etnicidade Kokama foi sendo reelaborada pelos próprios Kokama, sendo utilizada como instrumento de reivindicação de políticas específicas para este povo, que “rompe com o passado de profundas desigualdades e redesenha novas fronteiras políticas, que concorrem para a persistência de tais identidades coletivas, num futuro de autonomia e de

coexistência linguística”. (ALMEIDA e RUBIM, p.79, 2012).

No Peru os Kokama, que lá se autodenominam Kukama-Kukamiria, se organizaram pela primeira vez também em 1980 para formar a *Federación Cocama-Cocamillia* (FEDECOCA), que associou sessenta e seis comunidades<sup>7</sup> e atualmente tem muito mais, de forma que todas lutam para fortalecer sua língua e identidade. Mais à frente, falaremos do fortalecimento da língua Kokama no Peru. A organização por meio de associação foi o primeiro passo dado pelos Kokama tanto no Brasil, quanto no Peru para conseguirem ser atendidos em suas reivindicações.

No Brasil, após a criação de associações, a luta passou a ser coletiva em busca da demarcação de terra, saúde e educação. O fortalecimento linguístico ocorre gradativamente em todas as comunidades Kokama do Amazonas.

No “Prêmio Culturas Indígenas” do Ministério da Cultura, edição, 2008, a Organização Geral das comunidades Indígenas do Povo Kokama (OGCCIPK) apresentou o quantitativo de 85 comunidades e a estimativa de 15.000 mil Kokama habitantes da região do Alto Solimões. A Funai em janeiro de 2012 apresenta o quantitativo de 14.178 mil Kokama<sup>8</sup>. Vale ressaltar que nos dados apresentados pela Funai em 2012 não estão computados os Kokama dos municípios de Tefé,

---

<sup>5</sup> Pesquisas posteriores encontram falantes fluentes do Kokama no Brasil em São Paulo de Olivença, Santo Antonio do Içá e Benjamin Constant.

<sup>6</sup> Programa de Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana.

---

<sup>7</sup> Artigo: Rosa Vallejo Yopan- “Los Kukama-Kukamiria y su rol em la cultura e história de Loreto” .(No prelo).

<sup>8</sup> Plano de Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas-PDPI. [www.ciama.am.gov.br](http://www.ciama.am.gov.br). Acesso 25 de junho de 2014.

Coari e Manaus, sendo estes números representativos apenas dos Kokama do Alto Solimões. Nesse sentido, pode-se concluir que o número de Kokama no Amazonas é maior, mais do que apresentado pela OGCCIPK em 2008.

O número de associações também é crescente, como *Putuka Tapiya Kuraka Ritama Kokama Tawa Tini-PTKRKTT*/Associação Indígena do Povo Kokama do município de Tabatinga; Associação das Comunidades Indígenas Kokama de São Paulo de Olivença-ACIK; Organização Indígena Kokama do Amazonas-OIKAM de Santo Antonio do Içá; Associação Indígena do Igarapé do Manaka-AIM da cidade de Tonantins; Associação dos Cocamas do Município de Amaturá- ACMATUYUCA - a Associação dos Índios Kokama residentes em Manaus-AKIM e outras. As comunidades e aldeias Kokama destes municípios se reorganizaram para realizar o processo de ensino e aprendizagem de seus aprendizes da língua Kokama e passam a socializar materiais didáticos na Língua Kokama produzidos pelos professores Kokama do curso para professores indígenas do Alto Rio Solimões; por professores Kokama de Manaus e dos professores Kokama do Peru.

Nesse sentido, pensar a Política Linguística para avivar a língua Kokama é de suma importância, principalmente num país como Brasil em que o mosaico de línguas existentes dá visibilidade ao país plurilíngüe de mais de quinhentos anos. O mesmo ocorre com o vizinho Peru, mas nos deteremos neste artigo apenas ao Brasil.

## POVO KOKAMA

Há registros da história do povo Kokama realizados por cronistas, viajantes desde o século XVI. Várias fontes documentais retratam a história do contato desde povo com os colonizadores. Assim como a literatura desde contato é realizada por pesquisadores que trabalham ou trabalhavam com este povo tanto no Brasil, quanto na Colômbia e Peru. A exemplos temos os seguintes trabalhos dos pesquisadores no Brasil: CABRAL (1995); FREITAS (2002); RAMOS (2004); RUBIM(2011); VIEGAS (2010), (2014); ALMEIDA e RUBIM (2012); na Colômbia: GONZALÉZ (1999); e no Peru: ABAURRE (2002), RUIZ (2003), VALLEJO (2010) e outros. Todos os autores ressaltam a história do contato dos colonizadores com as populações indígenas da Amazônia peruana, principalmente sobre o povo Kokama. Como dito anteriormente, atualmente o povo Kokama se encontra na Colômbia, Peru e Brasil.

## POLÍTICA LINGUÍSTICA

No Brasil, houve um processo rápido de domínio político pelos colonizadores que tiveram como principal instrumento de dominação a igreja para que todos os povos existentes neste país fossem levados a abandonar suas línguas, suas culturas e suas tradições. Após inúmeras políticas de ataque às línguas dos povos indígenas, ocorreu o domínio da língua portuguesa neste país.

O teórico Louis-Jean Calvet (2007) afirma que no decorrer dos tempos sempre houve uma busca de intervir nas questões linguísticas de uma língua. Mas o conceito de política linguística e planejamento linguístico são recentes. Calvet classifica política linguística como “determinação

das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e planejamento linguístico “sua implementação”. Nesse sentido, a política linguística não pode estar dissociada de sua efetivação.

No início, a política linguística abordava apenas a questão da intervenção linguística, pois naquele período tinha apenas pressupostos para descrever a língua em si mesma e não a sua relação com o meio social que ela estava inserida, “sendo incapaz de apreender seu objeto de estudo em suas relações com a sociedade e sua história” (CALVET, 2007, p. 37). Concomitantemente, a sociolinguística começa a dar seus primeiros passos, fundamentando a política linguística com os métodos e meios científicos que ela precisava.

Nesse sentido, faremos uma breve apresentação de conceitos que envolvem as línguas do Brasil e as ações de políticas linguísticas descritas no livro de Calvet (2007). Para ALMEIDA e RUBIM (2012) reprimir as línguas nativas e demais práticas culturais tornou-se um instrumento decisivo para o funcionamento econômico do sistema agrário-exportador ancorado em grandes plantações monocultoras de algodão e cana-de-açúcar e na imobilização da força de trabalho<sup>9</sup>. A escola para indígenas,

mantida como instrumento da ação colonizadora, voltou a ser implementada por ordens religiosas, após o declínio da política pombalina.

O Brasil, um país plurilíngüe, mas pouco se tem feito para manutenção, avivamento ou fortalecimento linguístico das mais de duzentas línguas existente no país. Entretanto há algumas iniciativas efetivas em relação a política de valorização e promoção de algumas línguas brasileiras diferentes do português, amparadas por Leis, Pareceres e Decretos, expostos na Constituição Federal (1988), LDB (1996), Resolução 03 (1999), Plano Nacional de Educação-PNE (2014) e outros.

O caso do Alto Rio Negro<sup>10</sup> é a região mais plurilíngüe do continente americano, com mais de 23 diferentes línguas indígenas de cinco troncos linguísticos diferentes: Tupi (Nheêgatu), Tukano Oriental (Tukano, Tuyuka, Desana, Wanano, Piratapuya, etc.), Aruak (Baniwa, Kuripako, Tariano, Werekena) e Maku (Nadëb, Daw, Yuhup, Hupda), Yanomami, além do Português e do Espanhol. A co-oficialização das três línguas, igualando-as ao português, beneficia os cidadãos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, entretanto, sua implementação está longe do que fora estabelecido em Lei 210/2006<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> A uniformidade linguística em torno da língua portuguesa nas grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão parece ter sido um severo mecanismo de controle sobre os trabalhadores escravos. Sua aplicação ocorreu pela dispersão de escravos de diferentes etnias por diferentes fazendas, evitando agrupamentos de membros de uma mesma etnia, que faziam uso de uma mesma língua, numa mesma unidade de produção. Para maiores informações consulte-se: Almeida, A.W.B. de - “Os movimentos indígenas e a autoconsciência cultural” in Almeida, A.W.B. de (org) - *Terra das Línguas-Lei*

---

municipal de oficialização de línguas indígenas. São Gabriel da Cachoeira. Manaus, UFAM. 2007.

<sup>10</sup> Licenciatura Indígena: Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável. [http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12&Itemid=16](http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=16). Acesso 15 de setembro de 14.

<sup>11</sup> Licenciatura Indígena: Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável.

Recente iniciativa ocorreu por meio da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (CT-INDL), que é formada por representantes do Ministério da Cultura, do Planejamento, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Justiça, aprovou em reunião realizada no dia 09 de setembro de 2014, na sede do IPHAN<sup>12</sup>, em Brasília, a inclusão das línguas Asurini do Trocará, Guarani Mbya e Talian no INDL.

O INDL, instituído pelo Decreto nº 7387 de 2010, é um instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Objetiva contribuir na promoção da diversidade linguística no Brasil, apoiando iniciativas de preservação promovidas pelas comunidades linguísticas. Além das iniciativas que foram expostas, há também os projetos que tratam das questões de documentação, elaboração de materiais didáticos realizados por projetos de universidades do país, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras.

O livro de Roberto Gomes Camacho (2013) apresenta alguns exemplos sobre essa questão. A língua Basca é um dos exemplos de questões que envolvem identidade, nacionalidade e política. É

observado que são questões políticas que definem a língua que deve prevalecer em um país. Nesse sentido, os povos vêm de forma crescente e coletiva reivindicando, seja de forma pacífica ou com um alto grau de resistência, a autonomia de seu povo e de seu território. Pois, as demandas dos povos ou de grupos estão relacionadas a responder a problemática interna dos povos “e não a interesses ligados a outros grupos sociais além de seus vizinhos próximos” (CAMACHO, 2013, p. 242).

Isso nos remete, a uma questão de fronteiras políticas, que para muitos povos essas delimitações territoriais geográfica política é ignorado, uma vez que para povos que moram em locais de fronteiras, como Kokama, Guarani e outros, o atravessar o rio de canoa, ou a ponte, ou a rua entre esses países não há fronteira geograficamente demarcada pelo Estado, principalmente em relação a língua.

O trabalho realizado no avivamento da língua com os Kokama do Brasil e do Peru vem num movimento crescente de fortalecimento linguístico em ambos os países e com pouca intensidade na Colômbia. “Apesar de se identificarem com base em conceitos totalmente distintos, nacionalidade e grupos étnicos são construtos teóricos que devem ser vistos como pontos de um *continuum*” (CAMACHO, 2013, p.242).

Para Camacho (2013) se referindo a Fishman (1972) “diferentemente de uma nacionalidade, às preocupações de grupos étnicos estão basicamente ligadas aos interesses locais de seus

---

[http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12&Itemid=16](http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=16).

Acesso 15 de setembro de 14.

<sup>12</sup><http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18612&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso dia 22 de setembro de 14.

membros [...] (CAMACHO, 2013.p.242). Vale ressaltar que a definição de nação e estado é ampla, mas tentamos utilizar um conceito que consideramos mais claro.

Nesse sentido, para Luiz Carlos Bresser-Pereira a Nação “é a sociedade que compartilha um destino comum e logra ou tem condições de dotar-se de um estado tendo como principais objetivos a segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico” e Estado “é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante” (BRESSER-PEREIRA<sup>13</sup>, 2006, p.1). São conceitos distintos, mas que também assumem o dever de cuidar da sociedade.

Para Bresser-Pereira (2006) é comum conceituarem estado e nação como palavras sinônimas de estado-nação, entretanto ele não o faz e aproxima o termo nação de sociedade civil por considerar que ambos representam a “sociedade politicamente organizada fora do estado” (BRESSER-PEREIRA<sup>14</sup>, 2006, p.3). Entretanto não nos deteremos esta discussão, pois será trabalhada num próximo trabalho. Nessa perspectiva a língua Kokama com sua ortografia encontrada no Brasil e no Peru rompe as fronteiras geográficas e política para fortalecer o processo de avivamento da língua do povo Kokama por meio

dos materiais didáticos pedagógicos produzidos em ambos os países.

## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de cunho etnográfico. O caminho que estamos propondo para o processo de fortalecimento da língua Kokama é de uma política linguística baseada na elaboração de materiais didáticos contextualizados, que respeita os processos próprios de ensino e aprendizagem do povo Kokama. Produzido neste momento que a língua Kokama é trabalhada especificamente na escola e nas comunidades Kokama do Amazonas como uma segunda língua, os instrumentos utilizados na coleta de dados são gravações de áudio, vídeo e fotografia nas comunidades Kokama. Nessa perspectiva o próprio povo Kokama de diversos lugares do Amazonas enviam entrevistas, vídeos e fotografias do processo que estão vivenciando com a língua para dar visibilidade ao processo de fortalecimento da língua Kokama em sua comunidade.

O material que está em fase de elaboração é constituído por três livros chamado de coletânea ‘Jawati Tinin’ jabuti branco, esse material foi inspirado na história do jabuti, animal muito apreciado da culinária Kokama, assim como ‘myma’ animal doméstico desde povo. Neste sentido, cada comunidade do povo Kokama conhece contos, histórias, mitos que envolve o jabuti. A história contextualiza o material com o cotidiano do povo Kokama especificamente do ramal do Brasileirinho.

---

<sup>13</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nação, Estado e Estado-Nação. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>. Acesso 3 de julho de 2014.

<sup>14</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nação, Estado e Estado-Nação. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>. Acesso 3 de julho de 2014.



Outro material em processo de elaboração são as Histórias em Quadrinhos Kokama-HQK, desdobramento das histórias e mitos coletados do povo Kokama, tanto no Brasil quanto no Peru. Os materiais didáticos produzidos focam o cotidiano do povo Kokama, de forma que a cultura seja vista intrinsecamente relacionada a língua por meio de sua visão social.

Nesse sentido o conjunto ações foram pensadas para que os materiais didáticos Kokama ficassem o mais próximo da realidade, assim como a diagramação do material, a escolha da apresentação gráfica levou em consideração os aspectos culturais desse povo.

### CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS INDÍGENAS

A Constituição Federal<sup>15</sup> de 1988, em seu artigo 210, § 2º assegura aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e no artigo 231 reconhece aos povos indígenas sua organização social, usos, costumes, línguas e tradições. A Lei de Diretrizes e Bases de Educação-LDB<sup>16</sup>, Lei 9394/96 em seus artigos 77 e 78 dispõem sobre a educação escolar indígena e determina o seguinte: A atribuição de organizar a educação escolar indígena é da União, assim como a responsabilidade de assegurar proteção e respeito às culturas e modelos próprios de educação indígena. Que a educação escolar

indígena deverá colaborar para a recuperação das memórias históricas dos povos indígenas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências.

O Novo Plano Nacional de Educação<sup>17</sup>/PNE/26 de julho de 2014, que tramitou por quatro anos no Congresso Nacional estabelece metas para a educação no país, com vistas á sua universalização e melhoria da qualidade até 2023. Especificamente com relação à população indígena<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> Lei 13005/14, de 25 de julho de 2014. [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso 22 de setembro de 14.

<sup>18</sup> Metas e estratégias

Meta 5: Em relação a alfabetização

Estratégia: 5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural do povo quilombolas.

Meta 7: Em relação a aprendizagem adequada na idade certa

Estratégia: 7.26 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngüe na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para à formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.27 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiências;

<sup>15</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso 13 de setembro de 14.

<sup>16</sup> <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso 20 de setembro de 14.

A resolução N.03/99<sup>19</sup> do Conselho Nacional de Educação apresenta duas garantias importantes para a qualificação dos professores indígenas a primeira é sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização e a segunda é a ênfase que deverá ser dada, em cursos de formação, para a reflexão em torno de conhecimentos, valores, habilidades, e atitudes, como também para a elaboração, desenvolvimento e avaliação de currículos e programas próprios, produção de material didático e utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

O Parecer 14<sup>20</sup> de 1999, do Conselho Nacional de Educação dispõe que os currículos das escolas indígenas deverão constar o conjunto de saberes e procedimentos culturais produzidos pelos povos indígenas ou seja, língua materna, crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, as suas organizações sociais do trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas. As escolas indígenas deverão elaborar projetos

pedagógicos e regimentos escolares que contemplem a organização das atividades escolares, independentes do ano civil, que respeita o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas das comunidades e que os períodos escolares, devem ajustar-se às condições e especificidades próprias de cada comunidade.

O Decreto 6.861<sup>21</sup> de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, apresenta no Art. 2º os objetivos da educação escolar indígena e no inciso V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado. Este Decreto apresenta políticas públicas específicas para os povos indígenas.

Tal entendimento dos direitos que os povos tradicionais possuem ajudam a articular a elaboração de materiais didáticos pedagógicos por professores, alunos, comunidade e as esferas municipal, estadual e federal para que façam a edição desses materiais para cada povo que estiver reivindicando, manutenção, avivamento ou revitalização de suas línguas.

## MATERIAL DIDÁTICO

Os materiais pedagógicos que estão sendo descritos são resultados de inúmeras ações do movimento de fortalecimento da língua Kokama. As pesquisas foram realizadas nas etapas

---

Meta 12: Em relação ao Educação Superior

Estratégia 12.13: Expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

Meta 18: Em relação ao Plano de carreira docente

Estratégia: 18.6 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas. Nesse sentido das 20 metas traçadas pelo governo federal para educação nacional, a questão indígena e de povos tradicionais são contempladas em 5 metas por meio das estratégias.

<sup>19</sup><http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>.

Acesso 19 de setembro de 14.

<sup>20</sup><http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer141999.pdf>. Acesso dia 22 de setembro de 14.

<sup>21</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm). Acesso 22 de setembro de 14.

intermediárias do curso de licenciatura, os professores indígenas revelaram “novos falantes”, aqueles que guardaram a língua na memória durante muitos anos, mesmo sem usá-la em seu dia-a-dia. Os registros que fizeram serviu para a criação de materiais, a saber: CD de Músicas Tradicionais (2006), série de DVDs multimídia Material de apoio para professores Kokama, num total, até então de 3 Volumes (2009, 2010, 2011).

Posteriormente, no Alto Solimões, mesmo depois de formados, os professores indígenas continuaram a realizar as gravações em vídeo e a realizar as pesquisas. Além dos registros foram incluídos nos materiais, gravações interativas, filmes do cotidiano e outros. Em Manaus desde 2005, os professores Kokama, Altaci Corrêa Rubim e Orígenes Corrêa Rubim na comunidade Nova Esperança, como resultado do processo de ensino/aprendizagem da língua Kokama, intitulada **Yawati Tinin** com 3 volumes. RUBIM traz conhecimentos intrínsecos do cotidiano da cultura Kokama para os primeiros materiais didáticos pedagógicos voltados para o povo Kokama a ser impresso no Brasil para uma língua em processo de avivamento.

Outra experiência que ocorreu para o ensino/aprendizagem da Língua Kokama foi a disciplina **Introdução à Língua e à Cultura Kokama**, a primeira disciplina de uma língua indígena a ser oferecida na modalidade à distância por uma universidade brasileira, a Universidade de Brasília (UnB) com a parceria da **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**, pólo Benjamin Constant-AM e o pólo da Universidade do Estado do Amazonas-UEA em Tabatinga-AM.

O público-alvo da disciplina foram os alunos Kokama de graduação e de pós-graduação, e demais interessados Kokama. Os pré-requisitos foram o domínio básico de informática, ter endereço de e-mail atualizado e acesso à internet por pelo menos 2 horas por semana. A disciplina foi dividida em 2 módulos com carga horária de 26 horas pela internet, 34 horas extraclasse, gerando um total de 60 horas. Teve a duração de 3 meses. Disciplina ofertada no primeiro semestre de 2013. Foram inscritos 106 participantes de diversas comunidades Kokama, a maioria é composta por alunos de graduação. Nessa disciplina foram desenvolvendo materiais didáticos específicos e tendo também como resultado de interações, novos materiais coletivos.

O curso de “Introdução à língua e à cultura Kokama” no Alto Solimões ocorreu somente duas vezes ao ano, com carga horária de 60hs por curso, a educação à distância possibilitaria nas demais horas do ano comunicação entre os envolvidos, entretanto a internet no interior do estado do Amazonas é lenta e dificultou muito a permanência e interação dos aprendizes matriculados no curso, ocasionando enorme desistência.

Para além das fronteiras Programa de *Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana - FORMABIAP* temos o que ensina a língua Kokama, a qual tivemos a oportunidade de conhecer os materiais produzidos por eles e que pretendemos estar mais próximos durante e após a realização da pesquisa.

A elaboração dos materiais didáticos Kokama corrobora para uma efetiva valorização dos processos de aprendizagem da língua Kokama, como é garantido pela Constituição Federal de 1988. Em Manaus os materiais didáticos utilizados eram advindos dos Kokama do Peru. Mas com a realização de oficinas realizadas pelo Linguísta do CIMI, padre Ronaldo Macdonell, iniciou a produção de pequenas cartilhas durante as oficinas. Os encontros e oficinas com este linguísta diminuíram, pois ele voltara para seu país, então houve a necessidade de criar os próprios materiais Kokama, pelos professores e pela comunidade. Esse processo ocorreu pelo fato dos professores estarem em constante formação, e estarem se apropriando de novos conhecimentos em diferentes áreas do conhecimento.

Em 2012, inspirado pelos materiais Kokama do Peru, o professor da comunidade Kokama Nova Esperança cria seu próprio material pedagógico bilíngue Kokama/português. Um caderno contendo desenhos do cotidiano kokama e pequenos textos contextualizados chamado de 'Kuatxiaran Atuanã Kuaratxi Kokama'<sup>22</sup>. No mesmo ano inspirados no material produzido pelo professor Kokama da escola Atawanã Kwaratxi Kokama, em assembléia com a comunidade foi decidido elaborar uma coletânea de livros, e outros materiais pedagógicos que viessem ser utilizados na escola. Materiais estes que viessem a despertar o interesse dos aprendizes da língua.

O processo de elaboração e socialização de materiais didáticos pedagógicos Kokama no Brasil e no Peru ocasionou a necessidade dos materiais serem trilingües Kokama, Português e Espanhol, mas esta etapa do processo de elaboração ainda está em discussão, pois em ambos os países a ortografia aceita pelos Kokama é advinda do Peru, i.e., é desejo do povo que a ortografia Kokama seja a mesma tanto no Peru quanto no Brasil, mas isso será tema de discussão para um próximo trabalho.

Nessa perspectiva, iniciamos vários encontros para discutirmos como seriam estes materiais. Foi então que surgiu a ideia de escolhermos uma história do cotidiano Kokama para dialogar dentro dos materiais produzidos. Assim, a história escolhida foi a do 'Yawati Tinin'<sup>23</sup>, quer dizer jabuti branco em Kokama. O professor da comunidade e a pesquisadora, autora do presente texto, passaram a elaborar a coletânea. O passo seguinte foi escolher o público alvo, o primeiro volume passou a ser para crianças, mas nada impede a utilização por iniciantes da língua. O segundo para crianças um pouco maiores e o terceiro para jovens e adultos, mas sua utilização vai conforme a demanda da comunidade, tendo em vista o grau de fluência que os indivíduos e cada comunidade têm da língua. A cada etapa de

---

<sup>23</sup> A história do jabuti, retrata a história que ocorre com frequência a este animal muito apreciado da culinária kokama e 'myma' animal doméstico criado por este povo. Ocorreu que uma senhora que criava jabuti, não percebeu que ele entrou debaixo de um folharau que ela juntara varrendo. Em seguida ela ateou fogo nas folhas sem perceber que embaixo do folharau o jabuti se encontrava. Quando as folhas terminaram de ser queimadas, o jabuti saiu andando com a carapaça de seu casco caindo, tornando seu casco branco, que com o passar do tempo se tornou amarelada.

---

<sup>22</sup> Livro da escola Sol Kokama.

elaboração, os livros foram sendo apresentados para a comunidade.<sup>24</sup>

Em 2013, a elaboração dos materiais foi fortalecida pelos estudantes de desenho industrial, *design*, educação artística e pedagogia da Universidade de Brasília-UnB, principalmente Marjorie Amy Yamada e Vanessa Porto que aceitaram o desafio de fazer a diagramação da coletânea Yawati Tinin criando uma “interface gráfica do material didático Yawati Tinin, levando em conta a cultura e o cotidiano da comunidade Kokama Nova Esperança Kokama” (YAMADA e PORTO, 2013, p. 16). Cada parte do material foi pensada para aprimorar qualidade gráfica das imagens, das letras, das atividades, dos jogos e outros.

#### HISTÓRIAS EM QUADRINHOS KOKAMA - HQK

No decorrer da elaboração da coletânea de livros pedagógicos didáticos “Yawati Tinin” para o ensino e aprendizagem da língua Kokama foram coletadas muitas histórias e mitos Kokama. Tendo isto em mãos, tive a ideia de transformar algumas histórias e mitos em HQK para serem utilizados nas escolas kokama do Amazonas.

A primeira HQK foi “Itsiwatsu Yawatimuki” - O Jabuti e o veado; esta história Kokama foi escolhida por ter o personagem do jabuti, animal que aparece na coletânea e muito familiar aos Kokama.

A segunda HQK foi o mito do “Kunumi Umari” - O Jovem garça; ele foi escolhido por ser um mito muito conhecido pelos Kokama e por estar em um dos materiais didáticos para professores Kokama elaborados no curso de formação para professores Kokama do Alto Solimões OGPTB/UEA.

E as outras são “Puka Wayna” - Mulher Tartaruga; “Cururu Wayna” - Mulher Sapó; e outras.

#### CONSIDERAÇÕES

É sabido que a política linguística nasceu na década de 60<sup>25</sup> como área de estudo com o intuito de pesquisar o poder e sua relação entre as línguas. Nesse sentido, uma língua em processo de avivamento a relação de língua e poder estão intrinsecamente relacionadas, principalmente quando o povo assume o processo de retomada da língua.

A elaboração dos materiais didáticos pelos próprios Kokama é o processo de uma política organizada pelo próprio povo que se iniciou na década de 1980; em 2005 iniciaram-se a formação de professores Kokama em seguida passaram-se a construir materiais didáticos pedagógicos, primeiramente para os professores e em seguida para os alunos.

As questões relacionadas à ortografia que o povo Kokama organiza-se para solicitar a oficialização assim como se deu no Peru com a oficialização da escrita Kukama-Kukamiria pelo Ministerio da Cultura deste país, que também os selecionou

---

<sup>24</sup> Todo esse processo foi registrado com câmera de vídeos para registro desse povo.

---

<sup>25</sup>[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica\\_lingu%C3%ADstica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_lingu%C3%ADstica). Acesso 20 de agosto de 2014.

para o Programa de revitalização de línguas em perigo de extinção chamado “Vozes Vivas”.

Este é um processo vivenciado pelos Kokama do Brasil, a nova geração assume o compromisso de fortalecer o aprendizado da língua Kokama por meio das iniciativas acima mencionadas e busca caminhos para a construção de uma escola que seja realmente significativa para os Kokama. Dessa forma, esperamos que a experiência do povo Kokama na retomada da língua venha estimular outros povos indígenas a fortalecer sua língua e a sua cultura e que o Estado esteja disposto a implementar uma política linguística específica para todas as minorias étnicas, que respeite sua autonomia e fortaleça a sua língua conforme sua cosmovisão.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e RUBIM, Altaci Corrêa. *Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas*. In: Revista Brasileira de Linguística Antropológica/Aryon Dall'Igna Rodrigues, editor; Ana Suely Arruda Câmara Cabral, co-editora-v.4,n.1(jul.2012)-Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, p.67-80, 2012.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Prefácio Gilvan Müller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno.-São Paulo: Parábola editorial:IPOL, 2007.
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Da Linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FREITAS, Marcos Antonio Braga de. *O povo kokama: Um caso de reafirmação de identidade étnica*. Dissertação (mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- UFAM), 2002.
- PORTO, Vanessa e YAMADA, Marjorie Amy. *Relatório de Diplomação em Programa Visual: elaboração de material didático bilíngüe kokama-português para a comunidade indígena*. Brasília: UnB, 2013.
- RUBIM, Altaci Corrêa. *Identidade dos Professores Indígenas e Processo de Territorialização/Manaus-Am*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2011.
- VALLEJOS, Rosa. *A Grammar of Kokama-Kokamilla*. A Dissertation presented to the University of Oregon for the degree of Doctor of Philosophy, 2010.
- VIEGAS, Chandra Wood. *Natureza e Direções das mudanças linguísticas observadas entre os últimos falantes do kokama nativos do Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística-PPGL da Universidade de Brasília-UnB, 2010.